

Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N°03/2022

Município de Boa Vista do Cadeado - RS

Processo Licitatório nº: 12/2022

Edital de Pregão Eletrônico nº: 03/2022 Tipo de julgamento: Menor preço por item

Modo de disputa: Aberto

Não exclusivo as ME (s) e EPP (s) Beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE DUAS INCLUSOTECAS COMPLETAS E LIVROS DIDÁTICOS DE LINGUA INGLESA QUE ATENDAM AOS CAMPOS DE CONHECIMENTO **CONTIDOS** NA BASE **NACIONAL** COMUM CURRICULAR, COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL, CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO CADEADO, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados,a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do <u>TIPO MENOR PREÇO POR ITEM</u>, conforme especificações do edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Municipal nº 912, de 02 de Fevereiro de 2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, no dia 16 de Fevereiro de 2022, às 09:00Horas, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 08:59 Horas do referido dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

1.1 Aquisição de duas inclusotecas e livros didáticos de língua inglesa que atendam aos campos de conhecimento contidos na base Nacional comum curricular para educação infantil nível A e B, e nível fundamental do 1º ao 5º ano das Escolas Municipais de Boa Vista do Cadeado/RS, com especificações mínimas e valor máximo aceitável, conforme tabela 1 do termo de referência.

2. CREDENCIAMENTOE PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

- **2.1.** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informarse a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- **2.2.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte site eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Adesao/Fornecedor/.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

- **2.3.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:
- **2.3.1.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- **2.3.2.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- **2.3.3.**Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- **2.3.4.**Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- **2.3.5.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **3.1.** As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.
- **3.2.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:
- **3.2.1**O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;
- **3.2.2**O cumprimentodos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- **3.3.** Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 24 Horas.

4. PROPOSTA

- **4.1.** O prazo de validade da proposta é de **60 DIAS**, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.
- **4.2.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação do produto ofertado, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

- **4.3.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.
- 4.4 Caso a marca do equipamento identifique o licitante a mesma não deve ser cadastrada junto ao sistema, podendo ser substituída pela palavra PRÓPRIA, sendo inserida somente na proposta atualizada apresentada após a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- **b**) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- **d**) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2.Regularidade Fiscal:

- a)Prova de regularidade com a Fazenda Federal (consistindo em Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa Tributos Federais e à Dívida Ativa da União); abrangendo inclusive as contribuições sociais;
- **b**) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

5.1.3. Regularidade Econômico-Financeiro:



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

a) Certidão negativa em matéria falimentar e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou emitida na página do Tribunal de Justiça, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- **6.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.
- **6.2.** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.
- **6.3.**A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.
- **6.4.**Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveisna *internet*.

7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **7.1.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- **7.2.** Serão desclassificadas as propostas que:
- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais;
- c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.
- **7.3.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- **7.4.** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- **7.5.** Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
- **7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos eserão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

- **7.6.1**O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- **7.6.2.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **7.6.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- **7.6.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 1,00 (Um real)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8. MODO DE DISPUTA

- **8.1.** Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item7.
- **8.2.** A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- **8.3.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- **8.4.** Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- **8.5.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- **8.6.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **8.7.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no site eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.2.2 deste Edital;



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

- **9.1.2.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelasbeneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- **9.1.3.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- **b**) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.
- **9.1.4.** O disposto no item 9.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.
- **9.2.** Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 3°, §2°, da Lei n° 8.666/1993.
- **9.3.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, § 2°, da Lei nº 8.666/1993.

10. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

- **10.1.**Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
- **10.2.** A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.
- **10.3.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.
- **10.4.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

11. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1 e 5.2, enviados nos termos do item 3.1, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

- **11.2.** A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.2 deste Edital eque possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **11.4.**Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- **11.3.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

12. RECURSO

- **12.1.** Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.
- **12.2.** Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- **12.3.** Interposto o recurso, o pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.
- **12.4.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **13.1.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- **13.3.** Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

14. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

- **14.1.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado para no prazo de 10 dias para assinar o contrato estabelecido no edital.
- **14.2** Para a assinatura do contrato, no mesmo prazo do item 14.1, deverão ser comprovadas as condições de habilitação consignadas no edital, mediante a apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

- **14.3.** As certidões referidas nos item 5.1.3 e 5.1.4, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.
- **14.4.**O prazo de que trata o item 14.1 poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **14.5.** Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato, outro licitante seráconvocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.
- **14.6.** A não apresentação dos originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, no prazo do item 14.1, será equiparada a uma recusa injustificada à contratação.

15. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O termo inicial do contrato será o de sua assinatura e o final ocorrerá após 12 meses.

16. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado por contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.050.3390.30	20	743/2022	Manutenção e Investimento das Atividades Escolares
2.041.3390.30	20	706/2022	Manutenção e Investimento das Atividades de Escola

- **16.2.** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- **16.3.** O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 10 dias da entrega total do material.

17. RECEBIMENTO DO OBJETO

- **17.1**O prazo de entrega integral do objeto é de 30 (trinta) dias, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.
- **17.2.** O objeto deste edital, deverão ser entregues no Almoxarifado central, no Parque de Máquinas Municipal, sito na Avenida Cinco Irmãos, no horário das 09:00 às 16:00.
- **17.3.** Verificada a desconformidade do produto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 30 dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
- **17.4.** O objeto deverá ser entregue embalado e em perfeito estado de conservação.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

17.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **18.1** Pelo inadimplemento das obrigações, sejam na condição de participante do pregão eletrônico ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- a) deixar de atender aos requisitos de habilitação: multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- **b**) deixar de apresentar os originais ou cópias autenticadas da documentação de habilitação para fins de assinatura do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- **d**) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (Trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 5% sobre o valor atualizado do contrato;
- **f**) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- **18.2** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada.
- **18.3** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

19. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- **19.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: compras201330@gmail.com ou via sistema eletrônico no site https://www.portal.decompraspublicas.com.br.
- **19.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte site eletrônico da Administração https://www.boavistadocadeado.rs.gov.br/licitacao/id/1002/?esclarecimentos-e-impugnacoes-de-editais.html.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 Av. Cinco Irmãos, nº 1130 - CEP 98118-000 - Fone: 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

- **20.1.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1°, da Lei nº 8.666/1993, sobre o valor inicial atualizado do contratado.
- **20.2.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- **20.3.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).
- **20.4.** Fica eleito o Foro da Comarca de Cruz Alta -RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Boa Vista do Cadeado, 26 de Janeiro de 2022.

João Paulo Beltrão dos Santos Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado pela assessoria de Legislação e Projetos do Município.

Em: ____/2022.

Andressa Antonia Strada OAB-RS 116.794



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 AV. Cinco Irmão, n° 1130 CEP 98118-000 Fone 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de duas inclusotecas e livros didáticos de língua inglesa que atendam aos campos de conhecimento contidos na base Nacional comum curricular para educação infantil nível A e B, e nível fundamental do 1º ao 5º ano das Escolas Municipais de Boa Vista do Cadeado/RS, com especificações mínimas e valor máximo aceitável, conforme tabela 1.

1.1.1. Tabela 1: Especificações mínimas do objeto e valor máximo aceitável.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	INCLUSOTECA COMPOSTA POR: JOGOS PEDAGÓGICOS ADAPTADOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DOS ALUNOS: QUEBRA-CABEÇA, SEQUENCIA LÓGICA, DOMINÓ COM TEXTURAS E LINGUAGENS DE SINAIS, MEMÓRIA COM TEXTURAS E LINGUAGENS DE SINAIS, MEMÓRIA TESTANDO A SENSIBILIDADE, CAIXA DE ATTIVIDADES (ABOTOAR, AMARRAR, ENCAIXAR), ÁBACO ABERTO, NÚMEROS VAZADOS, CAIXA TÁTIL, PRANCHA GEOMÉTRICA, NUMERAIS E QUANTIDADES, SEQUENCIAS DE UNIDADES, TANGRAM, ALINHAVOS DIVERSOS, BLOCOS LÓGICOS, ARAMADO, JOGOS DE SERIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO, JOGOS DE ENCAIXE, JOGOS DE ABSTRAÇÃO DAS PARTES, LIVROS IMPRESSOS EM LETRAS AMPLIADAS, COM SIMBOLOGIA GRÁFICA DE HISTÓRIAS VIRTUAIS, LIVROS FALADOS, LIVROS ADAPTADOS COM VELCRO E COM SEPARADOR DE PÁGINAS, DICIONÁRIO BILÍNGUE: LIBRAS/INGLÉS/PORTUGUÊS, LIVROS TÉCNICOS DE SUPORTE ESPECÍFICOS PARA PROFESSORES, PSICOPEDAGOGOS E EDUCADORES QUE TRABALHAM DIRETO COM OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DEVE CONTER: # ACERVO DE NO MÍNIMO 70 UNIDADES DE LIVROS DIVERSOS; # 30 UNIDADES DE JOGOS CONTEMPLANDO TODOS OS TIPOS DESCRITOS. # MÓVEL COM AS MEDIDAS MÍNIMAS DE 1,50 m DE ALTURA, 0,75 m DE LARGURA E 0,35m DE PROFUNDIDADE, PARA GUARDAR TODO O ACERVO.	UN	2	11.900,00	23.800,00
2	EDUCAÇÃO INFANTIL — PRÉ- ESCOLA A E B: PAPEL INTERNO: PAPEL COUCHÉ 90G; CAPA: PAPEL CARTÃO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHANTE; CORES: 4X4; FORMATO RETRATO; MEDIDAS MÍNIMAS: ALTURA 21,5CM X LARGURA 27,5 CM; ACABAMENTO: ESPIRAL; QUANTIDADE DE FOTOS REAIS: MÍNIMO DE 3 A 5 EM CADA UNIDADE; QUANTIDADE DE ILUSTRAÇÕES EXCLUSIVAS: MÍNIMO DE 3 A 4 PÁGINAS POR UNIDADE; QUANTIDADE DE VÍDEOS E ANIMAÇÕES EXCLUSIVOS: MÍNIMO DE 10H, SENDO MÁXIMO 15 MINUTOS DE GRAVAÇÃO POR UNIDADE, 8 A 10 UNIDADES COM CONTEÚDO POR UNIDADE E PÁGINASADEQUADAS À FAIXA ETÁRIA. ESTAR ALINHADA AOS CAMPOS DE CONHECIMENTO PREVISTOS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESPECIAL AO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO; CD DE ÁUDIO, JOGOS E ATIVIDADES PARA ENRIQUECER O TRABALHO EM SALA DE AULA; ATIVIDADES EXTRACLASSES, UNIDADES DE REVISÃO E LIVROS COM ATIVIDADE DE DATAS COMEMORATIVAS CADA UNIDADE DEVERÁ CONTER ATIVIDADES COM AS HABILIDADES DE COMPREENSÃO AUDITIVA, PRÁTICA E ORAL; SEÇÃO QUE CONTEMPLE ASSUNTOS RELACIONADOS A VALORES E ATITUDES E TEM COMO OBJETIVO INCENTIVAR OS ALUNOS A REFLETIREM SOBRE SUA POSTURA DIANTE DAS SITUAÇÕES VIVIDAS EM SEU COTIDIANO; PÁGINAS COM ADESIVOS ENCARTÁDOS JUNTO COM O LIVRO DO ALUNO QUE SERÃO UTILIZADOS EM ATIVIDADES AO LONGO DO ANO; ATIVIDADES PARA DESENHAR; PINTAR, COLAR, NO DECORRER DAS UNIDADES; LIVRO CONSUMÍVEL, JOGOS. SENDO: 31 LIVROS PARA O PRÉ NÍVEL A 38 LIVROS PARA O PRÉ NÍVEL B	UN	SENDO: 31 LIVROS PARA O PRÉ NIVEL A 38 LIVROS PARA O PRÉ NÍVEL B	144,00	9.936,00



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 AV. Cinco Irmão, nº 1130 CEP 98118-000 Fone 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

3	ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS	UN	183	176,50	32.299,50
3	ENSINO FUNDAMENTAL — ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO: PAPEL INTERNO: PAPEL COUCHÊ 90G; CAPA: PAPEL CARTÃO 250G COM LAMINAÇÃO BRILHANTE; CORES: 4X4; FORMATO RETRATO; MEDIDAS MÍNIMAS: ALTURA 21,5CM X LARGURA 27,5 CM; ACABAMENTO: ESPIRAL; QUANTIDADE DE FOTOS REAIS: MÍNIMO DE 3 A 5 EM CADA UNIDADE; QUANTIDADE DE ILUSTRAÇÕES EXCLUSIVAS: MÍNIMO DE 3 A 4 PÁGINAS POR UNIDADE; QUANTIDADE DE VÍDEOS E ANIMAÇÕES EXCLUSIVOS: MÍNIMO DE 10H, SENDO MÁXIMO 15 MINUTOS DE GRAVAÇÃO POR UNIDADE; QUANTIDADE COM CONTEÚDO POR UNIDADE E PÁGINAS ADEQUADAS À FAIXA ETÂRIA. ESTAR ALINHADA AOS CAMPOS DE CONHECIMENTO PREVISTOS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR; CD DE ÁUDIO, JOGOS E ATIVIDADES PARA ENRIQUECER O TRABALHO EM SALA DE AULA; ATIVIDADES EXTRACLASSES, UNIDADES DE REVISÃO E LIVROS COM ATIVIDADE DE DATAS COMEMORATIVAS CADA UNIDADE DEVERÁ CONTER ATIVIDADES COM AS HABILIDADES DE COMPREENSÃO AUDITIVA, ESCRITA, PRÁTICA E ORAL; SEÇÃO QUE CONTEMPLE ASSUNTOS RELACIONADOS A VALORES E ATITIDES E TEM COMO OBJETIVO INCENTIVAR OS ALUNOS A REFLETIREM SOBRE SUA POSTURA DIANTE DAS SITUAÇÕES VINDADES AO LONGO DO ANO; PÁGINAS COM ADESIVOS ENCARTADOS JUNTO COM O LIVRO DO ALUNO QUE SERÃO UTILIZADOS EM ATIVIDADES AO LONGO DO ANO; ATIVIDADES PARA DESENHAR; PINTAR, COLAR, NO DECORRER DAS UNIDADES; LIVRO CONSUMÍVEL, JOGOS. SENDO: 1º ANO - 36 LIVROS 2º ANO - 36 LIVROS 4º ANO - 32 LIVROS 5º ANO - 38 LIVROS 5º ANO - 38 LIVROS	UN	183 SENDO: 1º ANO - 36 LIVROS 2º ANO - 41 LIVROS 3º ANO - 36 LIVROS 4º ANO - 32 LIVROS 5º ANO - 38 LIVROS	176,50	32.299,50
					00.035,50
				Total	

- **1.1.2.** Quanto à estrutura editorial e aos aspectos gráfico-editoriais, o material avaliado deve apresentar:
- a) O desenho e tamanho da letra, o espaço entre letras, palavras e linhas, bem como o formato e as dimensões e a disposição dos textos na página que atendam a critérios de legibilidade e também ao nível de escolarização a que o livro se destina;
- b) O texto principal esteja impresso em preto e que títulos e subtítulos se apresentem numa estrutura hierarquizada, evidenciada por recursos gráficos;
- c) Os textos complementares não prejudiquem a identificação, o fluxo da leitura e o entendimento do texto principal;
 - d) A impressão não prejudique a legibilidade no verso da página;
- e) Que o projeto gráfico integre, harmonicamente, texto principal, ilustrações, textos complementares e as várias intervenções gráficas que conduzem o leitor para dentro e para fora do texto principal visando à compreensão, aplicação e à avaliação da aprendizagem;
- f) Que as ilustrações explorem ao máximo as várias funções que as imagens podem exercer no processo educativo, e não somente o papel estético ou reforçador do texto principal;
- g) Que as ilustrações reproduzam adequadamente a diversidade étnica da população brasileira e a pluralidade social e cultural do país, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e estereótipos;
- h) Que as ilustrações sejam adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas e, dependendo do objetivo, sejam claras, precisas, de fácil compreensão, podendo, no entanto, também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade, motivar, facilitar e até substituir a verbalização, comprovar, explicar, informar, e contribuir para o equilíbrio estético da página;
- i) Que as ilustrações de caráter científico indiquem a proporção dos objetos ou seres representados;



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 AV. Cinco Irmão, n° 1130 CEP 98118-000 Fone 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

- j) Que os mapas tragam legenda dentro das convenções cartográficas, indique orientação e escala e apresentem limites definidos;
- k) Que todas as ilustrações estejam acompanhadas dos respectivos créditos e locais de custódia, assim como os gráficos e tabelas contenham os títulos, fonte e datas;
- l) Que o livro recorra a diferentes gêneros textuais para uso nas mais variadas situações de ensino e aprendizagem;
- m) Que a parte pós-textual contenha referências bibliográficas e indicações complementares;
- n) Que o sumário reflita a organização interna da obra e permita a rápida localização das informações.
- **1.2.** A cotação do item não poderá ter valor superior ao Preço de Máximo, ficando vedado o fornecimento de outros materiais com valores equivalentes ao objeto licitado.
- 1.3. No referido preço deverão ser calculados levando em consideração que os itens/materiais ou equipamentos deverão ser entregues no município de Boa Vista do Cadeado RS e estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.
- 1.4. O Objeto deverá ser e entregues no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pela Departamento de Licitações e Compras, no local estipulado para a entrega o Parque de Máquinas do Município de Boa Vista do Cadeado, acompanhada da nota fiscal para conferencia, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.
- **1.5.** A Prefeitura se reserva o direito de não receber o objeto, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.
- **1.6.** A contratada é obrigada a substituir de imediato e as suas expensas, o objeto em desacordo.
- **1.7.** O licitante vencedor ficará obrigado a aceitar de volta o objeto da licitação na hipótese de recusa pela prefeitura, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta ou pela detecção de vicio redibitório.

2. DA JUSTIFICATIVA

- **2.1.** A presente aquisição justifica-se para atender aos conteúdos contidos na base nacional comum curricular, enriquecendo o processo de aprendizagem dos alunos.
- **2.2.** A modalidade de licitação justifica-se pelo objeto ser classificado como bens comunspodendo ser classificados por meio de especificação usuais de mercado conforme a descrição da Tabela 1 deste Termo de Referência.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 AV. Cinco Irmão, n° 1130 CEP 98118-000 Fone 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- **3.1.** O prazo de entrega do bem é de 30 dias, contados Autorização de Fornecimento em remessa única, no seguinte endereço Av. Cinco Irmãos, centro de Boa Vista do Cadeado, entre no horário das 09:00 às 16:00.
- **3.2.** O Objeto será recebido provisoriamente no prazo de 10 dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **4.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- **4.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- **4.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- **4.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- **4.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seu anexos.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **5.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- **5.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

6. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- **6.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- **6.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **6.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 AV. Cinco Irmão, n° 1130 CEP 98118-000 Fone 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. DO PAGAMENTO

- **7.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 dias, contados a partir do recebimento do objeto juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura, desde que o item licitado esteja de acordo com as exigências Editalicias, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- **7.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato, bem como a liquidação da nota fiscal por parte da Autoridade competente.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 AV. Cinco Irmão, n° 1130 CEP 98118-000 Fone 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

ANEXO II – MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO N° XX/2022 PROCESSO LICITATÓRIO N° 12/2022, PREGÃO ELETRÔNICO N°03/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE BOA VISTA DO CADEADO RS E A EMPRESA NA FORMA QUE SEGUE:

Contrato celebrado entre o Município de Boa Vista do Cadeado, pessoa jurídica de Direito Publico interno com o CNPJ. 04.216.132/0001-06 sito a Av. Cinco Irmãos, n°. 1130, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr°João Paulo Beltrão dos Santos, inscrito no CPF sob o n° xxxxx residente e domiciliado no Município de Boa Vista do Cadeado RS, de ora em diante denominada apenas como Contratante, e de outro lado a empresa ... DADOS DA EMPRESA..., doravante simplesmente denominada Contratada, celebramopresente contrato de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, regendo-se pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores, assim como pelas clausulas e condições a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades entre as partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Aquisição de livros didáticos de língua inglesa para educação infantil nível A e B, e nível fundamental do 1° ao 5° ano das Escolas Municipais de Boa Vista do Cadeado/RS, com especificações mínimas e valor máximo aceitável, conforme tabela 1 do termo de referência. *Inserir descrição do item vencedor no certame

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E PAGAMENTO

O valor a ser pago referente a este contrato será de R\$......... (), pela aquisição do item licitado. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis com apresentação da respectiva nota fiscal, sendo que o referido pagamento será feito através de deposito bancário em favor da contratada, podendo ser deduzido os encargos legais.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA CONTRATUAL

A Contratada terá o prazo máximo de até 30 (trinta) Dias contados a partir da emissão da Nota de Autorização de Fornecimento emitido pelo Departamento de Licitações para entrega do objeto da licitação no Almoxarifado central, situado no Parque de Maquinas do Município de Boa Vista do Cadeado.

O presente contrato possui vigência de 6 meses, tendo por termo inicio a data de XX de xxxxxxxx de 2022 e termino final dia XX de xxxxxxxxx de 2022,

CLÁUSULA QUARTA: DAS PENALIDADES

A recusa pelo não fornecimento do objeto em que foi adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega do objeto licitado, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 AV. Cinco Irmão, n° 1130 CEP 98118-000 Fone 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

Nos termos do artigo 7° da Lei n° 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) falhar na execução do contrato.

Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA: DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerão à conta do seguinte recurso orcamentário:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.050.3390.30	20	743/2022	Manutenção e Investimento das Atividades Escolares
2.041.3390.30	20	706/2022	Manutenção e Investimento das Atividades de Escola

CLÁUSULA SEXTA: DA VINCULAÇÃO

O presente instrumento contratual está vinculado ao Edital do Processo Licitatório nº 12/2022 Modalidade Pregão Eletrônico nº 03/2022, tipo menor preço por item, á proposta do vencedor a Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS GARANTIAS

A Contratada compromete-se a entregar o objeto da presente licitação, em conformidade com o processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 03/20221e Lei Federal 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações posteriores, bem como a proposta apresentada, cujas condições integrarão o contrato, sendo que a.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO

O Contratante poderá dar por rescindido este instrumento, administrativamente, independentemente de interpelação judicial nos seguintes casos:



Criação: Lei nº 10.739, de 16/04/1996 – DOE nº 73, de 17/04/1996 AV. Cinco Irmão, n° 1130 CEP 98118-000 Fone 055 3643 1014 CNPJ: 04.216.132/0001-06

- a) Razões de relevante interesse público a juízo do Contratante;
- b) Falta de cumprimento de cláusulas contratuais;

CLÁUSULA NONA: DA INEXECUÇÃO

Em caso de inexecução total ou parcial, os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. (Art. 78 da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente contrato ficará a encargo de Servidor, nomeado através da Portaria, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, cabendo proceder ao registro de ocorrências, adotando as providencias necessárias ao seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário a regularização de falhas ou possíveis irregularidades observadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Contratada declara aceitar todas as condições e exigência do presente contrato.A Contratada isenta o contratante de indenizações de qualquer espécie decorrentes do presente contrato.

Necessitando, a fornecedora de serviços de terceiros para o cumprimento de que lhe é incumbida, será de sua única e exclusiva responsabilidade, ficando ressalvada a inexistência de qualquer vínculo entre a contratante e estes, respondendo a Contratada por todos os ônus trabalhistas, previdenciários e/ou fiscais oriundos desta relação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Cruz Alta- RS, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e de pleno acordo, para firmeza e validade do que foi estipulado em todas as cláusulas e condições firmam o presente instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal e jurídico, que depois de lido e achado conforme, vai ser assinado pelas partes.

	Boa Vista do Cadeado RS,dede 2022.
Assinantes:	
João Paulo Beltrão o	dos Santos
Prefeito Municipal	